Justiça Estadual
47
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PA nº TJ-ADM 2021/21244

Nº 63/2021-C

TERMO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede no município de Salvador, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA,** órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13100722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE**, adiante denominado simplesmente **TRIBUNAL** e, do outro lado, o **MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA,** ente de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.043.574/0001-51, com sede na Avenida Senhor dos Passos, n° 980, Centro, CEP 44.002-024, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo seu Prefeito **COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.361.645-49, e em conjunto denominados de **PARTÍCIPES**, resolvem, tendo em vista o constante do **Processo Administrativo nº TJ-ADM 2021/21244,** celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, com arrimo na Lei Estadual nº 9.433/05 e suas alterações, sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo tem por objeto a cooperação administrativa visando a melhoria do atendimento à comunidade do **MUNICÍPIO**, através da colaboração recíproca dos **PARTÍCIPES.**

Parágrafo primeiro: Para a consecução do objetivo do presente termo, o **MUNICÍPIO** colocará à disposição do **TRIBUNAL**, sem ônus para este, os serviços de 20 (vinte) estagiários de nível superior para atividades condizentes com a área de formação nas Unidades do Poder Judiciário da Comarca de Feira

CONSULTORIA JURÍDICA
1
VISTO

TJADM202121244V01

Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PAULO DE SOUZA NUNES FILHO.
Documento Nº: 1020010.18821130-5620 - Consulta à autenticidade em http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica

de Santana.

Parágrafo segundo: Integra o presente instrumento o plano de trabalho aprovado pelos partícipes, como se aqui estivesse inteiramente transcrito.

Parágrafo terceiro: Cabe ao **TRIBUNAL** Supervisionar as atividades dos estagiários na forma da Lei nº 11.788/2008, diretamente por juízes e/ou servidores dos cartórios judiciais, inclusive, em atendimento ao limite fixado pelo art. 9º, III, da referida lei federal.

CLÁUSULA SEGUNDA: O **MUNICÍPIO** é o único e exclusivamente responsável pelos recursos humanos que alocar, direta ou indiretamente, na execução do presente Termo de Cooperação, obrigando-se a pagar, no prazo legal, todos os encargos sociais e remuneratórios, seguro contra acidente de trabalho e demais impostos ou encargos incidentes devidos aos seus servidores/prestadores de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA: Cabe ao **TRIBUNAL**, por intermédio do órgão do Poder Judiciário local, designar servidor para supervisionar o presente termo de cooperação, cabendo-lhe também comunicar ao **MUNICÍPIO** eventuais ocorrências, formulando, inclusive, pedidos de providências.

CLÁUSULA QUARTA: As despesas do presente termo de cooperação correrão à conta exclusiva do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência do presente termo de cooperação é de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do instrumento no DJE, podendo ser prorrogado, a critério dos **PARTÍCIPES**, demonstrado o interesse público.

Parágrafo Único: É facultado aos **PARTÍCIPES**, a qualquer tempo, denunciar o presente termo de cooperação, desde que notifique a outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEXTA: Constitui causa de rescisão imediata do presente

TJADM2021244V01

Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PAULO DE SOUZA NUNES FILHO.
Documento Nº: 1020010.18821130-5620 - Consulta à autenticidade em http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica

instrumento, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou obrigações, apurado através de processo administrativo próprio, em que sejam observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA: Submete-se o presente termo de cooperação às disposições contidas na Lei Estadual nº 9.433/05 e na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: Os partícipes providenciarão a publicação do resumo do presente Acordo de Cooperação Técnica em seus respectivos veículos de publicação oficial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA: Os casos omissos do presente instrumento serão resolvidos pelos **PARTÍCIPES**, ficando eleito o Foro da Comarca de Salvador para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo, que não possam ser solucionadas administrativamente.

E, por estarem justos e de pleno acordo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, também assinadas pelas testemunhas ao final identificadas.

Em, 24 de agosto de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
Desembargador **LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE,** Presidente

MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
COLBERT MARTINS DA SILVA FILHO, Prefeito

Testemunhas:
1.
Nome: DIEGO TACIO AZEVEDO CÉSAR

CONSULTORIA JURÍDICA
VISTO

TJADM202121244V01

Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PAULO DE SOUZA NUNES FILHO.
Documento Nº: 1020010.18821130-5620 - Consulta à autenticidade em http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica

Justiça Estadual
50
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PA nº TJ-ADM 2021/21244

CPF/MF: 828550995-87

2.

Nome: RUBEN FERREIRA DE JESUS

CPF/MF: 014.144.715-05

TJADM20212124V01

CONSULTORIA JURÍDICA
VISTO

Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PAULO DE SOUZA NUNES FILHO.
Documento Nº: 1020010.18821130-5620 - Consulta à autenticidade em http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica